

MÍDIA, PODER ECONÔMICO E GLOBALIZAÇÃO

Fernando MATTOS
Professor no Centro de
Economia e Administração
da PUC-Campinas

RESUMO

Este artigo apresenta uma avaliação crítica do papel das empresas de comunicação nas últimas décadas e defende a idéia de que a crescente relação comercial e financeira dessas empresas com segmentos importantes da economia globalizada vem impedindo que as informações e fatos sejam interpretados de maneira a preservar o compromisso com a ética e com o direito dos cidadãos à pluralidade do debate sobre os mais variados assuntos, notadamente o debate sobre Economia e sobre a Geopolítica Internacional. Essa postura das empresas de mídia choca-se frontalmente com os compromissos do Jornalismo em seus primórdios, qual seja o de defender a Liberdade e estimular a Democracia.

Palavras-chave: Poder Econômico. Globalização. Comunicação.

ABSTRACT

This article presents a critical evolution of the role of communication enterprises in the last decades and defends the point of view that the growing business and financial relationship between those enterprises with important

segments of globalized economy is becoming an obstacle for the facts and the information to be interpreted according to the ethics and the citizens rights to the plurality of opinions on the varied topics, specially on Economy and International Geopolitics. Such a position goes against journalism commitments, such as to defend liberty and to stimulate Democracy.

Kew-Words: *Economic Power. Globalization. Communication.*

Artigo recente publicado pelo New York Times¹ revela que o Pentágono planeja divulgar informações, verdadeiras ou não, para agências de notícias internacionais com o intuito de “formar opinião” na imprensa mundial e pressionar países em que os Estados Unidos tenham interesses estratégico-militares e/ou econômicos. Segundo esse artigo, as Forças Armadas americanas, depois do 11 de setembro, criaram o Escritório de Influência Estratégica, com sede no Pentágono, que terá vigoroso aporte de recursos financeiros.

Segundo constataram os serviços de inteligência americanos, os EUA têm perdido apoio no mundo ocidental depois que decidiram declarar a chamada “guerra ao terror”, a qual tem por alvo especialmente os países islâmicos. A “guerra de informações” não se limitará, porém, às fronteiras do mundo ocidental, devendo ter também o objetivo de influenciar os países com os quais mantêm hostilidades, buscando angariar, mesmo neles, algum tipo de apoio político ou de, pelo menos, minar sua resistência – conforme fizeram enquanto o Afeganistão ainda era governado pelos Talebans, ao jogarem panfletos e ao veicularem informações por certas frequências de rádio que podiam ser captadas no país que estavam bombardeando.

Essa estratégia de “contra-informação”, é bom ressaltar, não representa uma postura inédita de atuação do Estado americano. O escritor Gore Vidal, por exemplo, conhecido crítico da sociedade americana e de suas estruturas de poder, está entre os pensadores americanos que denunciaram o clima de perseguição política e de exploração reinantes na época do Macartismo² no auge da Guerra Fria. Naquele período, segundo o pensador, a mídia e os meios políticos conservadores americanos criaram e difundiram o mito de que os soviéticos poderiam invadir os EUA a qualquer momento. Isso justificou, ainda de acordo com Vidal, um expressivo aumento de impostos, cobrados especialmente das classes médias, que financiaram os investimentos do Estado americano na indústria bélica do país, iniciando a criação de gigantescos arsenais militares para se defenderem

Mídia, poder econômico e globalização

de um país que, no final dos anos 40, e ainda no início dos anos 50 (no auge do Macartismo) estava apenas se reconstruindo após o encerramento da II Guerra Mundial - e que não possuía recursos de qualquer natureza (financeira, bélica, de mobilização militar/social etc.) para efetuar eventuais ataques à já então maior potência mundial.

Desde pelo menos essa época, ressalta Vidal, a indústria das comunicações joga a favor dos interesses da grande indústria de armamentos e também, de modo geral, dos interesses econômicos, militares e estratégicos consolidados em torno do Estado americano.

O papel desempenhado pelos serviços de informação dos Estados Unidos, com a cumplicidade da mídia internacional, e da mídia americana em especial³, tem merecido severas e consistentes críticas de diversas entidades e publicações importantes em todo o mundo. Merecem especial destaque as provenientes dos colaboradores do jornal francês *Le Monde Diplomatique* (que tem tiragem de cerca de 300 mil exemplares no total de suas edições, publicadas em nove línguas, entre elas o português). Em entrevista recente, Ignácio Ramonet, renomado jornalista e intelectual francês, denuncia a recente “tirania da comunicação”⁴, pela qual, segundo ele, a mídia televisiva e a mídia impressa distorcem a interpretação de fatos e “criam” verdades em temas ligados à geopolítica internacional e aos interesses dos grandes negócios privados com o intuito de defender sempre os interesses estratégicos e/ou econômicos dos grandes Estados Imperiais (especialmente dos EUA) ou de grandes grupos privados. Essa postura tirânica, segundo Ramonet, ameaça e enfraquece a Democracia e o sagrado direito dos cidadãos à pluralidade de opiniões. O autor ainda salienta que, embora não exista mais uma censura explícita nos meios de comunicação (conforme havia na Europa em tempos de guerra ou na América Latina em tempos de ditaduras militares ou civis), ela ocorre, na prática, graças ao crescente comprometimento das grandes redes de comunicações com os negócios privados (em muitos dos quais elas participam diretamente como acionárias) ou com os interesses estratégicos de grandes Estados Nacionais com segmentos dos negócios privados (como no caso da ligação histórica dos diferentes governos dos EUA com a indústria bélica, conforme se pode notar, atualmente, no governo de George W. Bush).

Esse comprometimento das grandes empresas de comunicação com os negócios privados (e, portanto, com certos interesses de Estado que muitas vezes permitem altos lucros a certos setores da Economia), salienta Ramonet, tem provocado, nos últimos tempos, uma acelerada deturpação do papel da Imprensa – que surgiu, durante a Revolução Francesa, com um objetivo definido: defender a Liberdade. Na verdade, o que Ramonet está denunciando em seu livro e em seus artigos recentes é que a globalização dos negócios e a participação das

grandes empresas privadas de comunicação em porções significativas dos negócios privados globalizados têm sido responsáveis pela falta de compromisso da Imprensa com a informação, a qual tem estado, cada vez mais, relacionada com decisões de mercado e não com o objetivo de informar o cidadão, suscitar o debate de idéias e de defender a Liberdade e a Democracia. Dessa forma, a mídia (não apenas os jornais e TV's, mas também as novas formas de veiculação das informações, como as agências de notícias ligadas à internet – as quais, diga-se de passagem, muitas vezes são propriedade de empresas ligadas aos grupos de mídia impressa ou televisiva já existentes) passa a servir cada vez mais aos seus interesses privados e/ou aos de seus principais anunciantes, esmagando o espírito crítico presente na essência dos primórdios do Jornalismo. Isso coloca obstáculos quase que intransponíveis ao debate sobre idéias, novas visões de mundo e novas alternativas de organização política e econômica das sociedades. E também esmaga a pluralidade cultural, ao transmitir insistentemente, de forma indistinta, a todos os países do mundo, imagens espetaculares e formas de agir, de vestir-se e de comportar-se ligadas aos países dominantes do capital midiático – notadamente os EUA.

A presença da mídia nos negócios financeiros, nos negócios de entretenimento e na esfera da Publicidade tem criado situações que prejudicam a Democracia e a Cidadania. No caso da indústria do entretenimento, por exemplo, podemos citar um recente caso ocorrido na Argentina para ilustrar os conflitos que surgem decorrentes do fato da mídia estar cada vez mais entrelaçada com os negócios privados e comprometidos com interesses relativos a esses negócios, e não com a informação fidedigna. No país vizinho, as transmissões de futebol são todas elas feitas em redes de canais fechados, por assinatura. Essas empresas negociam os direitos de exclusividade das imagens dos jogos com a federação nacional de futebol (AFA) e não se dispõem a liberar os sinais para a TV aberta, impedindo que a maioria da população do país possa acompanhar os jogos dos campeonatos locais e os da seleção nacional de futebol. O ex-presidente Menem, alguns anos atrás, decidiu obrigá-las a liberar as transmissões, pelo menos, das partidas da seleção Argentina, dada a importância dos jogos para a tradição cultural do país (amante do futebol, como todos sabem); tal decisão foi tomada sob forte pressão da opinião pública, em favor da garantia do direito dos cidadãos argentinos de acompanhar os jogos de sua seleção nacional.⁵

Fenômenos como o mencionado têm se tornado cada vez mais comuns nos mais diversos países do mundo. A globalização dos negócios muitas vezes manifesta-se em interpenetração acionária das grandes empresas de mídia com empresas dos diversos setores de atividades, que vão desde clubes de futebol até empresas de software ou outros segmentos de alta tecnologia da chamada “nova

Mídia, poder econômico e globalização

economia”. Isso tem afetado, em particular, o debate sobre Economia conduzido pelas redes de TV, rádio e pelos jornais de grande circulação. Ou seja, é no debate sobre Economia que se faz sentir de forma ainda mais evidente a “tirania” de que falamos. Isso ocorre não apenas nos EUA, mas também na Europa⁶ e nos países periféricos de imprensa “livre”. No caso brasileiro, conforme pudemos perceber nos anos mais recentes, a avaliação das grandes redes de TV sobre o processo de privatizações das telecomunicações (principalmente) mostrou sua face mais tendenciosa (e nada ética) ao enaltecer processos de venda de empresas estatais nos quais tinham interesses privados claríssimos, pois que participavam como compradoras.

Essa relação cada vez mais íntima entre os órgãos de Imprensa e os negócios privados representa a marca mais importante das recentes transformações do mundo dos negócios globalizados.

Aliás, o próprio debate sobre globalização tem sido muito mal conduzido pela mídia. A suposta “novidade” representada pela economia globalizada tem servido, freqüentemente, para justificar tanto as mudanças nas formas de funcionamento dos mercados financeiros quanto para pressionar os países periféricos a abrirem seus mercados consumidores para mercadorias produzidas por empresas instaladas nos países desenvolvidos.⁷ Deve-se ressaltar, entretanto, que o processo de globalização econômica, na verdade, vem ocorrendo há alguns séculos, conforme lembram diversos autores. Desde pelo menos os Descobrimentos, no século XVI, a economia mundial encontra-se em contínuo processo de integração (Fernandes, 1997). Entretanto, nos anos mais recentes, com a revolução tecnológica operada no setor de telecomunicações e com o surgimento de novos setores de atividades ligados à “nova economia” (ampliação do número de acessos à internet, ampliação da “sociedade em rede” etc.), vem-se operando uma verdadeira revolução nas oportunidades de negócios, que tem tido inclusive o poder de alterar algumas das formas básicas de funcionamento do capitalismo. A “nova economia” permitiu o surgimento de diversas oportunidades de investimentos nas novas tecnologias de transmissão das informações e também nos negócios “instantâneos” operados no âmbito dos mercados financeiros internacionais, ligados 24 horas por dia, on-line (a qualquer momento do dia existe uma bolsa de valores em pleno funcionamento; elas vão se fechando e abrindo conforme a sucessão dos fusos horários e estão todas interligadas eletronicamente).

É importante ressaltar, entretanto, que as mudanças verificadas não são resultado apenas de uma revolução tecnológica que surge do acaso e que daria oportunidades iguais a todos e que democratizaria o acesso às informações (conforme apregoam alguns dos intelectuais e/ou analistas conformados com a atual ordem internacional e fascinados pelas novas tecnologias). Todas as mudanças

ocorridas na geração, veiculação e utilização das informações resultam também das formas de atuação política dos Estados Nacionais, especialmente dos EUA, na conformação da atual ordem internacional.

A atuação política dos Estados Nacionais deve ser avaliada com mais cuidado se quisermos entender os condicionantes presentes na crescente interligação entre empresas do setor financeiro, empresas da “nova economia” e empresas de comunicações (mídia, de modo geral).

No atual século, a ampliação da interdependência entre as economias nacionais tem aumentado desde o encerramento da Segunda Guerra Mundial, mas tomou novo impulso a partir dos anos 80, quando os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan (respectivamente, na Grã-Bretanha e nos EUA) promoveram diversas reformas liberalizantes, especialmente nos mercados financeiros, aumentando as facilidades para o movimento de capitais entre os países e ampliando as possibilidades de negócios dos diversos segmentos do setor bancário nos mercados internacionais.

Nesses últimos vinte anos, foram removidos diversos controles de movimentação de capitais que haviam sido constituídos logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o pensamento liberal não era hegemônico. Ao encerrar-se o conflito mundial, em 1945, os líderes políticos reconheciam que era preciso construir uma nova ordem internacional, capaz de criar mecanismos para a recuperação das economias européias devastadas pela guerra e, em última instância, capaz de evitar os erros cometidos após a Primeira Guerra Mundial, na Conferência de Versalhes, que impôs pesadas reparações à Alemanha – fato que, sem dúvida, é o maior responsável pelo surgimento do nazismo nesse país. Em 1945, era consensual que seria preciso haver maior solidariedade entre os países e reforço da importância da Democracia nas nações.

Essa preocupação geral com a consolidação da Democracia e com a retomada da prosperidade econômica serviu como pano de fundo para todas as decisões relacionadas à legislação e às normas adotadas para moldar o funcionamento de todas as esferas das sociedades desenvolvidas. Na esfera econômica, por exemplo, foram criados mecanismos para que o setor financeiro fosse controlado em suas funções, colocando-o especialmente a serviço da produção, ou seja, com o objetivo precípuo de gerar recursos para os empresários investirem no setor produtivo e gerarem empregos.

Na esfera social, o grande marco foi a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, que serviria como um “colchão” amortecedor das tensões sociais decorrentes do comportamento cíclico do mercado capitalista: foram significativamente ampliados os recursos de transferências sociais dos Estados

Mídia, poder econômico e globalização

Nacionais para famílias de baixa renda e para trabalhadores desempregados, protegendo-os contra momentos recessivos, que ocasionam aumento do desemprego e redução da renda das famílias.

Criaram-se, também, serviços públicos de educação e saúde cada vez mais amplos, inclusivos e democráticos, permitindo gerar segurança social às populações dos diversos países desenvolvidos e gerando paz social que desestimulava o ressurgimento de idéias extremistas como as que haviam dado origem ao nazismo e ao fascismo – ambos derrotados ao final de conflitos e que mereceram repúdio popular na Alemanha e na Itália. Os partidos de esquerda, decisivos na resistência contra os regimes totalitários que haviam levado a Alemanha e a Itália à guerra, tiveram papel importante também na construção da nova ordem social, baseada em uma economia próspera (geradora de empregos e de redução das desigualdades sociais) e na consolidação do Estado de Bem-Estar Social.

No campo da Cultura, os Estados Nacionais trataram de valorizar as manifestações de pluralidade de idéias e de tolerância, além de intervirem para garantir, minimamente, o acesso democrático às informações veiculadas pela mídia. Diversos países ergueram regras claras para evitar a monopolização dos meios de comunicação, impedindo que um mesmo grupo privado ou um mesmo empresário fosse proprietário, ao mesmo tempo, de cadeias de rádio, TV e de publicações impressas⁸.

A partir dos anos 80, porém, com a ascensão do pensamento neoliberal nos EUA e na Grã-Bretanha, começaram a ser promovidas mudanças institucionais importantes nos diversos aspectos ressaltados anteriormente. No que se refere ao campo econômico⁹, mais especialmente no setor financeiro, foram criadas normas que facilitam a movimentação do grande capital financeiro muitas vezes em busca de lucros extraordinários em operações especulativas, que geram ganhos astronômicos sem gerar sequer um posto de trabalho. Esses segmentos privados dos mercados financeiros passaram também a poder injetar recursos em diversas áreas de atividades¹⁰, inclusive nas empresas de mídia – cujas regras de funcionamento foram continuamente flexibilizadas para permitir novas oportunidades de negócios ao setor privado¹¹. Nesse contexto, a notável evolução tecnológica (impulsionada por investimentos, em princípio, realizados pelos Estados Nacionais na indústria bélica, durante a corrida armamentista da Guerra Fria, mas que se tornam, a seguir, apropriados pelos setores privados¹²) amplia as possibilidades de negócios e a geração de novos hábitos de consumo, sendo que, na área da comunicação, esse fenômeno se faz ainda mais presente, dada a importância estratégica da mesma e a dinâmica inovadora que lhe é peculiar. É por isso que se torna tão freqüente a presença de capitais de grandes redes de comunicação e de

setores dos mercados financeiros em empresas do segmento da “nova economia”, muitos dos quais geradores de serviços que foram sendo crescentemente privatizados nos países capitalistas desenvolvidos e nos países capitalistas da periferia do capitalismo (como o caso do Brasil).

Tal fenômeno, estimulado, como vimos, por políticas de desregulamentação promovidas pelos governos dos países capitalistas desenvolvidos (inicialmente nos EUA e na Grã-Bretanha, mas depois nos demais países, muitas vezes sob influência ou pressão dos pioneiros) promoveu a superposição de interesses entre empresas do setor financeiro, de mídia e da “nova economia”. É por isso que, com o tempo, tem-se notado uma crescente predileção das grandes empresas de comunicação pela ditadura do “pensamento único” em Economia – ou seja, a negação de espaço e voz para os pensadores críticos da ordem neoliberal que vem sendo rapidamente construída nos últimos 20 anos. Conforme lembra Gill (1993), a ideologia neoliberal é a ideologia dos mercados financeiros. E dizemos mais: é a ideologia dos grupos financeiros que lucram com a desregulamentação dos mercados financeiros e com as políticas capitaneadas por Estados Nacionais que, na verdade, abdicaram, nas décadas mais recentes, de suas prerrogativas de realizarem políticas econômicas que visem ao crescimento econômico, à prosperidade socioeconômica e, no limite, à Democracia. Os grupos econômicos privados que se aproveitam das vantagens trazidas pela globalização (tal qual foi concebida pelos países ricos, especialmente os EUA) muitas vezes têm seus interesses comerciais envolvidos ao mesmo tempo nas empresas de comunicação, dadas as amplas possibilidades de interpenetração da participação acionária em diferentes empresas de diversos setores de atividades.

Em suma, o que afirmamos neste ensaio é que as mudanças geopolíticas e institucionais ocorridas na ordem econômica internacional e a mudança de valores trazida pela ascensão do pensamento liberal, após algumas décadas em que essa ideologia econômica havia sido relegada ao ostracismo (durante o pós-guerra, mais especialmente, desde a segunda metade dos anos 40 até meados dos anos 70, quando o capitalismo viveu período de enorme prosperidade, tendo merecido da literatura econômica o epíteto de “Anos Dourados”(Hobsbaum,1995)), trouxeram consigo uma ameaça à Democracia, consubstanciada na mudança dos objetivos que haviam animado os primórdios do surgimento da Imprensa, conforme lembra Ramonet em seus escritos mais recentes. A lógica privada dos negócios e de suas oportunidades infinitas assume posição protagônica não apenas na comunicação, mas também em outras áreas que afetam o comportamento humano, como as Ciências da Vida¹³ e em atividades que, ultimamente, têm cada vez mais submetido à lógica mercantil, como a religião e o lazer (o usufruto do tempo livre).

Mídia, poder econômico e globalização

Isso tudo gera contradições que, muitas vezes, humilham os sentimentos de segmentos mais organizados e conscientes das sociedades democráticas dos países desenvolvidos, dando origem a manifestações de oposição à nova ordem internacional e de repúdio ao “comando” exercido pelos valores econômicos sobre todas as esferas da vida.

NOTAS

- (1) Reproduzido em UOL Mídia Global, em 19 de fevereiro de 2002.
- (2) Política de perseguição perpetrada pelas autoridades americanas contra supostos ou reais defensores do pensamento comunista nos EUA. O Senador McCarthy era o principal incentivador da perseguição aos comunistas, dando nome ao movimento.
- (3) Esse comentário pode parecer contraditório com o fato de termos aberto este ensaio ressaltando que o NYT (talvez o maior símbolo da mídia impressa americana) publicou notícia denunciando interesses do Estado americano em espalhar notícias falsas ou interpretar tendenciosamente notícias verdadeiras na imprensa internacional. Mas o curioso é que tal fato parece ser a exceção que confirma a regra, ou seja, o poder de formação de opinião e de criação de mitos capitaneado pela mídia americana é tão expressivo, que ela pode se dar ao luxo de, em algumas situações, até mesmo a “denunciar” certas atitudes do centro de poder americano, sem com isso provocar a mínima possibilidade de que a sociedade se mobilize contra essas atitudes.
- (4) Nome de seu livro recente, lançado no Brasil pela Ed. Vozes.
- (5) Isso mostra claramente a falácia do argumento dos turiferários da “nova sociedade da informação” criada pela internet pelas TV’s por assinatura. No limite de seus arroubos ideológicos pró-privatização do espaço público e no fascínio pelas novas tecnologias, esses ideólogos ressaltam a suposta democracia da rede de grandes provedores de internet e de redes de TV por assinatura, sem levar em conta que as informações e os sinais de satélite são propriedade privada e que a programação veiculada pela mídia é decidida pelos proprietários das empresas de geração das imagens. E que o acesso dos usuários é pago, sendo, portanto, restrito apenas a algumas pessoas – as que podem pagar.
- (6) O caso francês é denunciado em livro recentemente editado no Brasil, intitulado “Os novos cães de guarda”, de autoria de Serge Halimi.
- (7) A recente decisão americana de proteger sua indústria de aço revela a falácia dos argumentos de que a abertura comercial total seria “benéfica” para os países subdesenvolvidos e os levaria a ter maior prosperidade econômica e maior competitividade industrial. Em recente artigo (Jannuzzi e Mattos, 2001), comentamos que a participação brasileira nas exportações mundiais vem caindo rapidamente nos anos mais recentes, justamente quando o país decidiu realizar uma abertura comercial descuidada, concedendo aos nossos parceiros comerciais mais vantagens do que eles têm concedido a nós. O renomado sociólogo argentino Atilio Borón (1996) comenta que a participação da América Latina no conjunto das exportações mundiais vem caindo nas duas últimas décadas, enquanto que a participação do continente no conjunto das importações mundiais tem crescido expressivamente, o que revela que, após o processo de abertura comercial implementado pelos países da América Latina, o que houve, na verdade, foi a expansão dos mercados a serem explorados por empresas estrangeiras exportadoras para nosso continente. Não houve o propalado aumento de competitividade de nossas empresas no comércio globalizado; pelo contrário, o peso de nossas exportações no mundo caiu e houve uma onda (que ainda está em curso) de falências de empresas nacionais e aumento do desemprego industrial.
- (8) Soa irônico pensar que, atualmente, na Itália, um dos países mais regulamentados a respeito da propriedade dos meios de comunicação no pós-guerra, o primeiro-ministro seja um magnata das comunicações, que, além de controlar a parcela mais expressiva do capital privado no setor, também tem ingerência política sobre a estrutura de redes de TV (RAIUNO, RAIDUE, RAITRE), cuja grade de programação tem sido um exemplo de razoável respeito à diversidade política e cultural e ao debate das idéias.

- ⁽⁹⁾ No que se refere ao aspecto social, representado pelo arranjo institucional do Welfare State, foram conduzidas regras de “flexibilização” de seu funcionamento (por exemplo, redução dos recursos destinados ao seguro-desemprego, redução do ritmo de crescimento dos serviços sociais etc.), com o intuito de reduzir custos para empresas e Estados; no campo cultural, trava-se uma incessante batalha entre os interesses comerciais das grandes empresas de entretenimento e os defensores de empresas locais e/ou de tradições culturais regionais ou nacionais. São inúmeros os exemplos, mas podemos destacar a resistência de organizações francesas contra a penetração de filmes americanos, pressionando constantemente o governo francês a impor ou manter cotas e regras para a influência cultural de filmes estrangeiros (especialmente americanos) no mercado cinematográfico francês.
- ⁽¹⁰⁾ O mercado financeiro passou a ser bastante controlado no contexto da reconstrução da ordem internacional do pós-guerra e uma das formas principais de controle se dava na sua segmentação, ou seja, às diversas entidades financeiras eram vedados certos tipos de investimentos em áreas em que não fossem especificadas pela legislação, justamente para tentar obstaculizar a especulação financeira e manter o setor financeiro a serviço principalmente do financiamento dos investimentos produtivos.
- ⁽¹¹⁾ Em diversos países, as restrições ao direito de propriedade das diferentes modalidades das empresas de comunicações foram relaxadas nas últimas décadas e continuam sendo até hoje. No caso do Brasil, por exemplo, tivemos, nas últimas semanas, a aprovação da entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação.
- ⁽¹²⁾ Noam Chomsky está entre os críticos que protestam contra a transferência do conhecimento científico inicialmente concebido nos órgãos militares americanos (e financiados, portanto, com recursos públicos advindos da cobrança de impostos de toda a população) para segmentos da indústria privada de software e hardware americana e para as grandes redes de internet, exploradas privadamente.
- ⁽¹³⁾ Cf. Mattos (1998b), onde comento as contradições entre os interesses privados envolvidos nas experiências com seres humanos, com a possível utilização dos mesmos na criação da vida através de clonagens. Esse ensaio baseou-se em palestra que proferi no Instituto de Teologia da PUC de Campinas, em novembro de 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, C. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- AUBENAS, F. e BENASAYAG, M. *La fabrication de l'information: les journalistes et l'idéologie de la communication*. Paris: La Découvert, 1999.
- BORÓN, A. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In: SADER, E. e GENTILI (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CARRION, R.K.M. e VIZENTINI, P.G. (org.) *Globalização, neoliberalismo e privatizações: quem decide este jogo?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- CARTA, M. Prefácio ao livro “*A regra do jogo*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CHOMSKY, N. *11 DE SETEMBRO*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CHOMSKY, N. *Profit over People: neoliberalism and global order*. NY/Toronto/London : Seven Setories Press, 1998.

Mídia, poder econômico e globalização

- CHOMSKY, N. *Democrazia e mercato nel nuovo ordine mondiale*. In: LUZI, J. (org.). *Miseria della Mondializzazione*. Roma: Strategia della Lumaca Edizione, 1996.
- DAO, J. E SCHMITT, E. *Pentágono planeja plantar notícias falsas na mídia internacional*. Site da UOL, notícia retirada e traduzida do New York Times. 19 de fevereiro de 2002.
- GILL, S. *Neo-Liberalism and the shift towards a US-centered transnational hegemony*. In: OVERBEEK, H. *Restructuring Hegemony in the Global Political Economy: the rise of transnational neo-liberalism in the 1980s*. New York: Routledge, 1993.
- GNETTI, C. *“La nostra idea de globalizzazione”*. Attualità. (interview a Sergio Cofferatti). [www.rassegna.it/attualita/gennaio-giugno/G8/cofferati_G8.htm] 2002.
- GOWAN, P. *“Neoliberal Cosmopolitanism”*. New Left Review. Sept/Oct 2001
- GREIDER, W. *One World, Ready or Not : The Manic Logic of Global Capitalism*. New York: Ed. Simon & Schuster. New York.
- HALIMI, S. *Os novos cães da guarda*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. (1995). *“A crise atual das ideologias”*. In: SADER, E. (org.).
- JANNUZZI, P. M.; MATTOS, F. A. M. (2001). *“Duas décadas de conjuntura econômica, desemprego industrial e de inserção de profissionais da informação no mercado de trabalho”*. Campinas: Transinformação, 2001.
- LUZI, J. (org.) *Miseria della Mondializzazione*. Roma: Strategia della Lumaca Edizione, 1996.
- MANN, M. (2001). *“Globalization after September 11”*. New Left Review. Nov/dec 2001.
- MATTOS, F. A. M. (1998a). *“Retrospectiva histórica do processo de globalização financeira”*. Revista Cultura Vozes. Número 1, ano 92, volume 92.
- MATTOS, F.A. M. (1998b). *“Globalização da Economia e a deterioração da ética”*. Cadernos do IFAN. Número 19, 1998. Publicação da Universidade São Francisco (USF).
- MENDES, M. *“Noam Chomsky encanta seus discípulos”*. Jornal Zero Hora (Porto Alegre – RS). 02 de fevereiro de 2002.

Fernando MATTOS

RAMONET, I. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

REVISTA DE COMUNICAÇÃO. *Entrevista com Mino Carta*. Ano 14, número 51, abril de 1998.

SADER, E. e GENTILI (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SADER, E. (org.) *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VIZENTINI, P.G. (org.): *Globalização, neoliberalismo e privatizações: quem decide estejogo?* Porto Alegre: EdUFRGS.